

## IDEALISMO TRANSCENDENTAL E CETICISMO EM KANT<sup>1</sup>



Flávio WILLIGES<sup>2</sup>



### Resumo

No capítulo IV do *The Significance of Philosophical Scepticism*, Stroud, depois de expor seu entendimento do “idealismo transcendental” e do “realismo empírico” de Kant, apresenta várias dificuldades presentes no projeto kantiano. A principal delas consiste em afirmar que o idealismo transcendental seria compatível com o ceticismo acerca do conhecimento objetivo, o conhecimento do modo como as coisas são por si mesmas. Esse artigo apresenta uma crítica, exposta na forma de argumento condicional, a essa dificuldade do idealismo transcendental kantiano apontada por Stroud. O argumento consiste em sustentar que, se a interpretação que Allison faz da distinção transcendental entre “fenômeno” e “coisa em si” (como uma distinção de dois *modos distintos de conceber* um mesmo objeto) for correta, então a acusação de um compromisso do idealismo transcendental com o ceticismo não se sustenta.

**Palavras-chave:** Kant. Idealismo transcendental. Realismo empírico. Ceticismo.

I- Na *Crítica da Razão Pura*<sup>3</sup>, Kant formulou aquilo que ele denominou de “idéia de uma ciência” chamada “filosofia transcendental”, a qual consistiria num “sistema dos conceitos” relativos ao “nosso modo de conhecer [objetos], na medida em que este deve ser possível *a priori*” (B25/ B 27).<sup>4</sup> Embora a expressão “sistema dos *conceitos*” possa insinuar a interpretação de que a filosofia transcendental se ocuparia apenas em apresentar um elenco daquilo que mais tarde, na *Lógica Transcendental*, será qualificado como “os conceitos puros do entendimento ou categorias”, uma explicação mais pormenorizada dos itens que constituem o nosso modo de conhecer objetos, fornecida já no final da *Introdução*, revela a existência de “representações *a priori*” na sensibilidade que funcionariam como condições da “dação” de objetos (A 15,16/B 29,30/A50/B74)<sup>5</sup>, de modo que a idéia de uma filosofia

transcendental pode ser caracterizada como a idéia de um sistema das condições que tornam possíveis as operações de apreensão e pensamento de objetos.<sup>6</sup>

O projeto de uma filosofia transcendental tem sido objeto de amplo debate entre os intérpretes da filosofia de Kant desde a publicação da *Crítica da Razão Pura*. Na literatura mais recente, um dos pontos de maior disputa se refere a revolução copernicana de Kant. Num livro importante e influente sobre a resposta que diferentes filósofos procuraram oferecer ao ceticismo acerca do mundo exterior, resultante das hipóteses céticas formuladas por Descartes na *Primeira Meditação*, intitulado *The Significance of Philosophical Scepticism*, Barry Stroud dedica um capítulo ao estudo da filosofia transcendental de Kant.<sup>7</sup> Segundo Stroud, a tese de que o idealismo transcendental deveria ser admitido para determinar as condições a priori do conhecimento (filosofia transcendental) aparece manifestamente no *Prefácio* da *Crítica da Razão Pura*, no contexto da argumentação de Kant em torno da revolução copernicana.<sup>8</sup> Kant realmente afirma no *Prefácio* que o pressuposto realista de que o nosso conhecimento deveria se regular pelos objetos frustrou todas as tentativas de obter algum conhecimento *a priori* de objetos. A possibilidade de sabermos algo dos objetos de modo *a priori* supõe, na visão de Kant, a operação de "uma mudança de método na maneira de pensar", qual seja, admitir "que só conhecemos *a priori* das coisas o que nós mesmos nelas pomos" (B XVIII) ou, como ele também afirma, "admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento" (B XVII); o que é dizer, em outros termos, que a determinação das condições formais da experiência de objetos torna-se possível somente se aceitarmos que alguma forma de idealismo é correta: o idealismo que há em ver as condições de possibilidade do conhecimento como sendo supridas por nós.<sup>9</sup>

Stroud aponta várias dificuldades desse projeto. Talvez a principal dificuldade que a vinculação entre o idealismo e a determinação das condições de possibilidade do conhecimento (especialmente para o conhecimento do "mundo ao nosso redor") coloca é que a aceitação do idealismo transcendental torna insatisfatória a explicação do conhecimento *objetivo*: o "conhecimento das coisas como elas são independentemente da constituição subjetiva humana" (STROUD, 1984, p. 167). Ele argumenta que, à medida que a investigação transcendental das condições do conhecimento exige, para sua execução, que seja aceito o idealismo transcendental, torna-se insatisfatória a explicação kantiana da possibilidade do conhecimento do mundo exterior, pois se confrontarmos o projeto de Kant de identificar as condições de possibilidade *a priori* e necessárias do conhecimento com as teses do idealismo,

reconheceremos que o idealismo transcendental oferece realmente uma explicação, no nível empírico, da possibilidade do conhecimento de objetos que existem independentemente de nossa constituição subjetiva, mas o faz na condição de que, no nível transcendental, esse mesmo conhecimento (objetivo) seja declarado impossível. O idealismo, afirma Stroud, garante "que meu conhecimento não está confinado a coisas que são empiricamente dependentes de mim ou meramente subjetivas do ponto de vista empírico (*in the empirical way*). [...] No entanto, do ponto de vista transcendental – isto é, quando visto de dentro da única espécie de investigação que pode propriamente explicar como nosso conhecimento é possível – tudo que nós conhecemos na ciência e na vida cotidiana torna-se subjetivo ou dependente da sensibilidade humana" (STROUD, 1985, p. 167). Do ponto de vista transcendental, somos, portanto, "deixados com um conhecimento centrado em nós, subjetivo, e neste aspecto não é o que nós originalmente aspirávamos". Em suma, o idealismo transcendental diz que "ninguém sabe nada sobre objetos existindo independentemente; conhecemos apenas aparências" (STROUD, 1985, p. 158).

Como pode ser depreendido destas passagens, Stroud alega que a filosofia transcendental de Kant realmente fornece uma explicação de como o conhecimento de "coisas fora de nós" é possível, desde que por "coisas fora de nós" se queira significar "coisas que transcendentalmente dependem de nossa constituição subjetiva". Ora, explicar a possibilidade do conhecimento de coisas que transcendentalmente *dependem de nós* não é equivalente, prossegue o argumento de Stroud, a explicar a possibilidade do conhecimento que *queremos ou tal como nós o pensamos*, simplesmente porque o conhecimento que aspiramos é tal que nele se pretende saber como as coisas são, *independentemente* de nossas condições subjetivas e a filosofia kantiana não fornece nenhuma explicação da possibilidade desse conhecimento objetivo.<sup>10</sup>

O ponto defendido por Stroud, bem entendido, não é que o idealismo transcendental enfrenta os mesmos problemas que Kant reconheceu no idealismo empírico. O realismo empírico de Kant (em oposição ao idealismo empírico) garante o conhecimento de objetos que existem independentemente de nossa sensibilidade.<sup>11</sup> O problema, no entanto, segundo Stroud, é que para que esse conhecimento de uma realidade independente de nossas condições subjetivas seja *empiricamente* possível, os objetos devem ser concebidos, *transcendentalmente*, como representações dependentes subjetivamente. É em razão disso que ele afirma "que o idealismo transcendental é insatisfatório como uma exposição do

conhecimento no nível transcendental do mesmo modo que o idealismo empírico é insatisfatório no nível empírico. Este [o idealismo transcendental] não nos permite ver quaisquer das asserções ou crenças da ciência e da vida cotidiana como exemplos de conhecimento de um domínio independente" (STROUD, 1985, p. 167).

Consoante a essa linha de argumentação, a interpretação que Stroud faz da filosofia de Kant termina por concluir que o idealismo transcendental, à medida que sustenta a impossibilidade do conhecimento de objetos independentes de nós, acaba por assumir alguma sorte de compromisso com o ceticismo, à maneira do idealismo empírico, só que agora no nível transcendental. Ele diz:

Existem pelo menos dois modos diferentes em que podemos falhar ao oferecer uma explicação do conhecimento do mundo ao nosso redor. Primeiro, se o ceticismo fosse verdadeiro nós não poderíamos ter um tal conhecimento; a descrição correta de nossa posição seria aquela em que não saberíamos nada do mundo de coisas existindo independentemente. Falando empiricamente, pelo menos, Kant afirma ter eliminado esta possibilidade; mas ele parece ter feito isso apenas por reinstalar uma versão transcendental desta mesma descrição. A única explicação que ele pensa que podemos dar de nossa posição é aquela em que nós não conhecemos nada das coisas existindo independentemente (STROUD, 1985, p. 166).

Kant teria, desse modo, se comprometido com uma *versão transcendental* do ceticismo por afirmar que, no nível transcendental, nenhum conhecimento de coisas *independentemente* de nossas condições subjetivas seria possível, ainda que, no nível empírico, nosso conhecimento do mundo estivesse plenamente garantido.

II- A interpretação de Stroud, que aponta um compromisso cético no idealismo kantiano, apesar de parecer, numa primeira visada, plausível, não pode ser admitida facilmente se considerarmos as dificuldades interpretativas existentes em torno de expressões como: "o idealismo transcendental é incompatível com o conhecimento de um domínio de coisas existindo independentemente da constituição subjetiva humana" ou "o idealismo transcendental afirma que só conhecemos aquilo que depende da constituição subjetiva humana". O que é o "conhecimento de um domínio de coisas existindo independentemente"? Como devemos interpretar as expressões antagônicas "dependente" e "independente" da constituição subjetiva humana, às quais a interpretação de Stroud apela constantemente?

A exposição de Stroud revela alguma clareza quanto ao modo como devemos tomar a expressão "dependente de nossas condições subjetivas"; a dependência se dá em função do idealismo transcendental afirmar a presença de condições subjetivas que enquanto formas necessárias e *a priori* de toda experiência possível, constituiriam os objetos para nós enquanto fenômenos (STROUD, 1985, p. 155).

A mesma clareza não se mostra no caso de precisar o sentido da expressão "independente das condições subjetivas humanas", a qual desempenha um papel fundamental na definição do requisito da *objetividade* própria ao conhecimento que aspiramos e de cujo esclarecimento depende o entendimento da própria refutação que Kant pretendeu dar ao ceticismo.

Parece plausível supor que existem ao menos dois sentidos em que a expressão "objetos existindo independentemente" (por oposição as "aparências" ou "fenômenos") pode ser tomada: "o conhecimento de um domínio de coisas independente", aponta como candidato natural a objeto do conhecimento a noção de *coisa em si*, e, nesse caso, poderíamos pensar que Stroud estaria afirmando que o idealismo kantiano sustentaria a tese de que somente conhecemos as coisas sob certas condições (segundo o modo do sujeito) e essas condições *introduziriam alguma sorte de modificação no objeto do conhecimento (a aparência ou fenômeno) em relação às próprias coisas, de sorte que nosso modo de conhecer não nos daria um conhecimento das coisas segundo sua própria natureza, como elas são por si mesmas*. Assim, as coisas "independentemente" da subjetividade humana seriam as coisas "independentemente" daquelas condições subjetivas que as modificam, fazendo-as *aparecer* à nossa sensibilidade (e para o pensamento) sob certas propriedades ontológicas, as quais são diversas do modo de ser das *próprias* coisas; o que implicaria, em última análise, em afirmar que o idealismo transcendental consideraria os objetos dos sentidos (os fenômenos) como locados no espaço e no tempo e que poderiam ser conhecidos sob o ordenamento das categorias, enquanto que "as coisas independentemente dessas condições" poderiam não ser nem espaciais, nem temporais e, em função disso, não poderiam ser "pensadas" por nosso entendimento e, por conseguinte, conhecidas, na medida em que o conhecimento exige o concurso de sensibilidade e entendimento. E não seria necessária a admissão de nada além dessas teses para o idealismo albergar o ceticismo, uma vez que a filosofia kantiana afirmaria que existem coisas em si mesmas, cujo acesso estaria impedido para nós mesmos (como sustenta Stroud).

No entanto, é importante notar que há um outro sentido em que as coisas em si mesmas, aquilo que é “independente de nós” pode ser tomado. Se poderia dizer que há um único modo possível de apreensão de objetos que é definido pelo idealismo transcendental. O idealismo definiria as condições de apreensão de coisas pela intuição e seu ordenamento segundo as categorias puras do entendimento. Nesse caso, o idealismo transcendental não faria afirmações sobre a estrutura última da realidade, não se manifestaria sobre a possibilidade de que nosso modo de conhecer introduzisse alguma modificação ou tornasse impossível conhecer as propriedades das coisas em si mesmas. Corresponderia ao idealismo transcendental apenas a indicação das condições segundo as quais algo pode ser objeto *para nós*. A partir dessa distinção seria então possível sustentar, contra Stroud, que o idealismo transcendental não interporia obstáculo para o conhecimento objetivo, pois, além daquilo que se revela na experiência, não haveria ainda um objeto para ser conhecido, quiçá com características distintas daquelas que são reveladas ao nosso modo de conhecer.

Partindo do pressuposto de que por "conhecimento de uma realidade independente das condições subjetivas humanas" Stroud signifique o conhecimento de coisas tal como elas são independentemente das condições subjetivas humanas (o sentido 1 acima especificado), pretendo argumentar que há razões para recusar a acusação de ceticismo transcendental exposta anteriormente com base numa caracterização da natureza da distinção kantiana entre "aparência" (ou fenômeno) e coisa em si defendida por alguns intérpretes de Kant, nomeadamente por Allison.<sup>12</sup>

Pretendo defender que se a tese de Henry Allison acerca da natureza da distinção transcendental kantiana for aceita, existem motivos suficientes para admitir que a leitura de Stroud não encontra suporte nos textos de Kant. A razão para esta afirmação é, antes de tudo, bastante simples: se a distinção kantiana não for uma distinção de ordem ontológica, o idealismo não estaria postulando uma realidade de "coisas independentes da constituição subjetiva humana" cuja possibilidade de conhecer careceria de explicação e, desse modo, não haveria também como falar num compromisso do idealismo transcendental de Kant com o ceticismo. Se a distinção transcendental for de ordem epistemológica, determinando sob que condições algo pode ser considerado objeto *para nós*, ao abstrairmos todas as condições subjetivas humanas não permaneceria nada para ser conhecido por nós.<sup>13</sup> Dessa forma, dizer que não conhecemos "coisas independente das condições subjetivas" seria o mesmo que dizer que não conhecemos as coisas *fora do único modo pelo qual podemos conhecê-las*, o que,

evidentemente, não caracteriza nenhuma limitação do nosso conhecimento.<sup>14</sup> A coisa "independentemente de nossa constituição subjetiva" significaria apenas um *modo de conceber* os objetos empíricos (fenômenos), no qual se faz abstração das condições subjetivas necessárias à representação de algo como objeto, não significando, por isso mesmo, o verdadeiro objeto do conhecimento humano, cuja possibilidade de conhecermos conviria explicar.

Para iniciar a verificação das implicações da interpretação de Allison acerca da natureza da distinção transcendental kantiana à interpretação de Stroud, faremos, na próxima seção, uma exposição do modo como Kant pretendeu ter resolvido, através do idealismo transcendental, as dificuldades produzidas pelo idealismo empírico no tocante à possibilidade da experiência externa. Esse recurso se fez necessário, pois o tratamento que Kant dispensa ao idealismo empírico vem acompanhado (no exame do quarto paralogismo) de uma caracterização do idealismo transcendental que dá azo à interpretação levantada por Stroud, segundo a qual o idealismo transcendental sustentaria que conhecemos apenas "aparências" dependentes de nossa sensibilidade e deixaria sem nenhuma explicação a possibilidade do conhecimento das coisas independentemente de nossa constituição subjetiva.

Nas seções subseqüentes, pretendemos expor a interpretação de Henry Allison acerca da distinção transcendental entre "aparência ou fenômeno/coisa em si" e a distinção correlata "númeno/fenômeno" e então proceder a avaliação dos resultados dessa análise no tocante à acusação de ceticismo transcendental levantada por Stroud.

III- Uma das poucas passagens em que Kant esclarece diretamente o modo como ele concebeu seu idealismo encontra-se no exame do quarto paralogismo da razão pura ou o "paralogismo da idealidade (da relação externa)" (A 366). Este paralogismo trata da *certeza* que temos da existência de objetos, considerando que o acesso a tal existência resulte de uma inferência a partir das percepções dadas ou da consciência que temos de nossas próprias percepções. Nesse contexto, Kant argumenta que, se a existência externa for concluída como causa de percepções dadas, (portanto, mediatamente) tal existência torna-se sempre duvidosa. O único modo de assegurar a certeza possível dos objetos dos sentidos externos é garantindo um acesso imediato, não inferencial a eles. Kant procura garantir essa possibilidade através do seu idealismo transcendental.

O idealismo transcendental de Kant está em oposição direta ao realismo transcendental. O realista transcendental concebe os objetos como coisas exteriores existindo em si, independentemente de nossa sensibilidade, o que o obriga a assumir o idealismo empírico: aquela teoria que "depois de ter falsamente pressuposto que, se os objetos dos sentidos devem ser externos, necessariamente devem ter uma existência em si mesmos e independentemente dos sentidos, acha insuficientes, neste ponto de vista, todas as nossas representações dos sentidos para tornar certa a realidade desses objetos" (A 369). São as teses sustentadas pelo idealista empírico, (ao conceber os objetos externos como seres independentes de nossa percepção e pretendendo concluir com base nas percepções internas a existência externa) que acabam originando o problema da incerteza a respeito da existência externa. Esse problema, entretanto, não é próprio a todas as versões do idealismo empírico.

Kant distingue na *Crítica da Razão Pura*, dois tipos de idealismo: o idealismo empírico e o idealismo transcendental. O idealismo empírico é também chamado de "idealismo material" e possui duas versões: na primeira versão "a existência dos objetos fora de nós, no espaço" é considerada como "simplesmente duvidosa e indemonstrável" e na segunda é considerada como "falsa e impossível" (A 377/B 274). A versão mais radical deste idealismo é chamada de "dogmática" e atribuída a Berkeley (A 377/B 274). A versão mais moderada e merecedora de um maior respeito por parte de Kant, enquanto que é "racional e conforme a uma maneira rigorosamente filosófica de pensar", (A 377/B 275) é também chamada de "idealismo problemático ou cético" e é atribuído a Descartes. O idealismo problemático não nega a possibilidade da existência de coisas exteriores à consciência, as coisas espaciais, mas nega a possibilidade *da prova* desta existência, tornando duvidosa sua possibilidade. Dado que o quarto paralogismo trata da incerteza da existência dos objetos do sentido externo, é com a versão do idealismo problemático ou cético de Descartes, portanto, que Kant estará lidando.

A incerteza quanto a existência externa (associada ao idealismo cartesiano) resulta, como já foi dito, da aceitação da tese segundo a qual temos acesso imediato apenas às nossas percepções internas e de se conceber o objeto externo como um ser existindo em si, independentemente de nossa sensibilidade. Essas duas teses, tomadas conjuntamente, conduzem inevitavelmente à necessidade de uma inferência causal como forma de se chegar à conclusão da existência de algo "fora de nós". No entanto, a inferência do efeito (a percepção) para a causa (o objeto) não permite concluir se os objetos são a verdadeira origem das

percepções, pois é possível que as percepções tenham sua origem no próprio sentido interno. Por este motivo, Kant afirma que "na relação da percepção à sua causa mantém-se, porém, sempre duvidoso, se a causa é interna ou externa; se, portanto, todas as chamadas percepções exteriores não passam de um mero jogo do sentido interno ou se reportam a objetos reais externos, como suas causas" (A 368). Assim, enquanto o acesso aos objetos for concebido como o resultado de algum processo inferencial, a experiência externa será considerada incerta. Como forma de contornar as dificuldades postas pelo idealismo empírico, Kant procurará mostrar que temos um acesso imediato aos objetos localizados fora de nós no espaço.

O problema da prova da possibilidade da experiência externa se converte assim no problema de provar que temos um acesso imediato aos objetos da experiência externa ou, posto de outro modo, da demonstração de que a experiência externa não depende de nenhum processo de inferência, deve resultar sua possibilidade.

Oferecer uma prova de que o idealismo empírico, na sua versão cética, é falso implica, portanto, provar que o seu oposto, o realismo empírico, é verdadeiro, uma vez que o realismo empírico consiste em conceder "à matéria, como fenômeno, uma realidade que não tem necessidade de ser conclusão de um raciocínio, mas que é imediatamente percebida" (A 371). Conforme esse texto esclarece, o realismo empírico de Kant envolve duas teses distintas. A primeira tese consiste em sustentar que *existem* objetos externos localizados fora de nós no espaço ou, como Kant também afirma às vezes, o realista empírico admite "a existência da matéria" (A 370, 371, 372). A segunda tese afirma que esses objetos são percebidos de modo *imediato*.<sup>15</sup> Assim, a possibilidade do realismo empírico implica provar tanto a realidade dos objetos externos, quanto o caráter imediato de nossa percepção ou consciência deles.

O único recurso possível, a fim de fornecer tal prova consiste, diz Kant, em admitir que os objetos do sentido externo sejam "meros fenômenos", ou seja, "nada mais do que uma espécie das minhas representações" (A 370). Ora, como a doutrina que considera os fenômenos "simples representações e não coisas em si", é o idealismo transcendental (A 369), o idealista transcendental é também um realista empírico (A 371).

Kant pretende então que a adoção do idealismo transcendental, segundo o qual o espaço e o tempo encontram-se em nós como condições transcendentais de toda experiência possível, conforme estabelecido na *Estética Transcendental*, resulte no realismo empírico, na

percepção ou consciência imediata dos objetos externos da experiência (nesse caso, pelo fundamento do espaço), na medida em que são representações e, em sentido transcendental, encontram-se em nós (A 370). Dado que a consciência imediata resultante da concepção dos objetos externos como fenômenos elimina a necessidade de proceder por inferência com respeito à realidade dos objetos externos, a percepção imediata torna-se prova suficiente de sua realidade (A 371, 377).<sup>16</sup>

IV- O exame do quarto paralogismo revelou que, para garantir a possibilidade da experiência externa, Kant lança mão do idealismo transcendental.<sup>17</sup> Os objetos do sentido externo são caracterizados pelo idealismo transcendental como "fenômenos", isto é, como representações dependentes de nossa sensibilidade (A 369). É consequência direta deste idealismo, à medida que concebe tempo e espaço como representações *a priori* que residem em nós como formas da intuição sensível, a impossibilidade de que alguma coisa exterior *em si* seja objeto da experiência. Os objetos da experiência, aquilo que podemos conhecer, devem ser vistos como "regulados" ou "determinados" pelas condições *a priori* da sensibilidade e, sendo assim, não conhecemos nada a respeito das coisas em si, independentemente dessas condições (B XVIII-B XX). Resta-nos, agora, determinar como devemos entender a expressão "as coisas em si mesmas".

Em diferentes pontos da *Crítica da Razão Pura*, "as coisas em si" são qualificadas como contendo predicados diversos daqueles que caracterizam os fenômenos.<sup>18</sup> Essas passagens, além de produzirem alguma dificuldade face aos pronunciamentos formais de Kant de que a coisa em si não pode ser conhecida, podem introduzir a possibilidade de se conceber a distinção transcendental como sendo uma distinção entre dois reinos de coisas com propriedades distintas ou com um *status* ontológico distinto.<sup>19</sup> A interpretação que Stroud faz do idealismo kantiano parece repousar justamente na idéia de que este idealismo atribui propriedades distintas às "representações" e às "coisas em si", sendo o mundo aberto ao nosso conhecimento diverso do mundo das próprias coisas.

Contudo, se essa separação ontológica não for adequada aos textos de Kant, a própria acusação de ceticismo perde todo seu efeito, pois para falar da impossibilidade do idealismo explicar o conhecimento de coisas independentes das condições da sensibilidade se pressupõe a possibilidade de falar de "objetos" como entidades ontologicamente distintas dos fenômenos

(os objetos sob o modo da intuição sensível) e, portanto, que esses objetos, independentemente de nossa sensibilidade, poderiam nos fornecer alguma lição a respeito do *conhecimento*, a saber, que nosso conhecimento está limitado àquilo que nosso instrumental cognitivo está apto a apreender e que, portanto, haveria uma outra realidade em si, além dos fenômenos, a qual permaneceria inteiramente *incognoscível* para nós. Uma interpretação de Kant que procura desfazer essa leitura do idealismo tem sido defendida por Henry Allison. É essa posição que trataremos de examinar a partir de agora.

V- De acordo com Allison, Kant se refere de dois modos distintos à noção de coisa em si: 1) a coisa em si refere para como "o objeto é à parte da constituição de nossa sensibilidade"; 2) a coisa em si refere para uma "entidade ou entidades ontologicamente distintas dos objetos sensíveis da cognição humana" (ALLISON, 1983, p. 239).<sup>20</sup> Esses dois sentidos correspondem aproximadamente às duas diferentes teorias que comumente têm sido advogadas pelos intérpretes de Kant para dar conta do significado da distinção kantiana entre aparência e coisa em si. A primeira teoria, comumente chamada de "teoria dos dois aspectos", afirma que a distinção entre coisa em si e fenômeno não é uma distinção entre dois tipos de objetos: as "aparências" ou meras representações e as coisas em si (um conjunto de coisas transcendentalmente reais, mas incognoscíveis que seriam o fundamento das aparências). Segundo esta teoria, a distinção entre coisa em si e aparição é uma distinção entre dois aspectos em que as coisas (objetos empíricos) podem ser consideradas: "como elas aparecem, isto é, como elas são em relação às condições subjetivas da cognição humana, ou como elas são em si mesmas, independentemente dessas condições. [...] Uma vez que as coisas consideradas como elas são em si mesmas não são ontologicamente distintas dos objetos da experiência humana, não há postulação de um reino separado de entidades incognoscíveis" (ALLISON, 1996, p. 3-4).

A principal implicação da teoria dos dois aspectos é a eliminação da teoria dos dois mundos. A razão da eliminação de um reino de coisas em si ontologicamente distintas é explicada por Allison ao dizer que a distinção transcendental entre aparência e coisa em si não é uma distinção substantiva, mas adverbial. A distinção transcendental, ele diz, não é:

uma distinção entre uma coisa considerada como uma aparência e a mesma coisa considerada como uma coisa em si mesma; é, antes disso, entre a

*consideração* de uma coisa como esta aparece e a *consideração* da mesma coisa como coisa em si mesma. Em outros termos, o termo relevante funciona adverbialmente para caracterizar *como* nós consideramos as coisas na reflexão transcendental, não substantivamente para caracterizar o que é que está sendo considerado ou aquilo sobre o qual se reflete. Considerar as coisas como elas aparecem, ou como aparecendo, é considerá-las em sua relação com as condições sensíveis sob as quais elas são dadas à mente na intuição. Correlativamente, considerá-las como elas são em si mesmas é pensá-las à parte de toda referência a estas condições" (ALLISON, 1983, p. 241).

A tese de Allison equivale a afirmar que o kantismo postula a existência de apenas um mundo (o mundo dos objetos empíricos), o qual pode ser *considerado* de dois modos distintos: como ele é independentemente das condições do conhecimento e tal como nos aparece, isto é, conforme as condições subjetivas do conhecimento. A distinção transcendental não predicaria nada a respeito da coisa, mas apenas descreveria o modo como as consideramos na reflexão transcendental. Allison descreve o substrato da operação de abstração necessária à concepção das coisas como coisa em si afirmando que esse substrato designa apenas "um conceito completamente indeterminado de "algo em geral = x" (um objeto para o qual nenhuma descrição é possível)" (ALLISON, 1983, p. 243). Isso quer dizer que a distinção transcendental corresponde a uma distinção própria aos diferentes modos de consideração dos fenômenos, não qualificando, portanto, os objetos em termos de propriedades ontológicas. A consequência que parece derivar claramente desta interpretação é que se considerarmos as referências de Kant a respeito das coisas em si mesmas como um modo transcendental de conceber as mesmas coisas que nós experimentamos, abstração feita das condições sensíveis que tornam nosso conhecimento possível, não haveria nenhum reino independente de nossas condições subjetivas, de coisas em si, ao qual não teríamos acesso. Se aceitarmos essa interpretação da distinção kantiana, desaparece a possibilidade de se falar do conhecimento de uma realidade independente, pois não haveria, no interior da filosofia kantiana, a postulação de uma realidade ontologicamente distinta dos fenômenos.

Parece forçoso então concluir que, *se* a caracterização kantiana da coisa em si consiste num modo de considerar os fenômenos à parte de toda referência àquelas condições que tornam nossa experiência de objetos possível, então não há como sustentar a tese de que haveria um compromisso do idealismo com o ceticismo. Interpretar o conceito de coisa em si nesse sentido significa levar a reflexão transcendental de Kant na direção da conclusão de que a interpretação transcendentalmente realista do objeto do conhecimento (no sentido de uma entidade cujas propriedades seriam diversas daquelas dos fenômenos e às quais nosso

conhecimento deveria se adequar) é *ininteligível*, pois ela exige que se assuma a respeito do objeto do conhecimento, cuja apreensão é feita mediante um determinado modo, que o objeto do conhecimento seja qualquer coisa que não depende desse modo de apreensão. Isto quer dizer que a posição de Stroud exige, para que o conhecimento possa ser qualificado como "objetivo", um tipo de acesso aos objetos que deve ser independente do *único* modo pelo qual podemos ter acesso a eles, nos termos do idealismo de Kant (via as condições formais da sensibilidade e entendimento), o que obviamente não faz sentido. Assim, se as condições subjetivas são condições necessárias para toda experiência possível, então afirmar que não conhecemos nada de objetivo porque não podemos ultrapassar as nossas condições subjetivas, equivale a afirmar que não conhecemos nada diferente daquilo que *podemos* conhecer, porque não há realmente nada para ser conhecido afora os fenômenos. Afirmar que não somos capazes de fazer algo que não pode ser feito não parece representar uma falha.

Assim, fica claro, segundo a interpretação de Stroud, que o único modo do idealismo transcendental de Kant oferecer uma explicação satisfatória do conhecimento *objetivo*, o conhecimento das coisas independentemente de nossa constituição subjetiva, seria tornando-o também capaz de explicar a possibilidade do conhecimento de coisas que, segundo o idealismo de Kant, é impossível para nós conhecer, em virtude de nossa constituição subjetiva.<sup>21</sup> De resto, é lícito *pensar a coisa em si* (B XXVI).

## TRANSCENDENTAL IDEALISM AND SCEPTICISM IN KANT

### Abstract

In the chapter IV of *The Significance of Philosophical Scepticism*, Stroud, after exposing his understanding of the "transcendental idealism" and of Kant's "empiric realism", shows several difficulties present in the Kantian project. The main of them consists of affirming that the transcendental idealism would be compatible with the scepticism concerning to the objective knowledge, the knowledge about the way the things are for themselves. The present article presents a critics, exposed in the form of conditional argument, to that difficulty of the Kantian transcendental idealism pointed by Stroud. The argument consists of sustaining that, *if* the interpretation that Allison makes of the transcendental distinction between "phenomenon" and "thing in itself" (as a distinction of two different manners of conceiving a same object) is correct, then the accusation of a commitment of the transcendental idealism with the scepticism is not sustained.

**Key-words:** Kant. Transcendental idealism. Empiric realism. Scepticism.

## Notas

<sup>1</sup> Este texto é uma versão modificada de um trabalho semestral para a disciplina “idealismo transcendental” e “realismo empírico” ministrada pelo Prof. Alexandre Guerzoni. Agradeço as correções e sugestões do Prof. Guerzoni e dos colegas Rogério Severo, Jônadas Techio, Evandro Godoy, Tiago Falkenbach e Alexandre Machado.

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Filosofia da Unisc e Doutorando em Filosofia pela UFRGS. E-mail: williges@unisc.br.

<sup>3</sup> As passagens da *Crítica da Razão Pura* serão citadas (como é comum) indicando a letra maiúscula de cada uma das edições seguida pelo número da página. Utilizou-se como guia a tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.

<sup>4</sup> Essa passagem foi alterada da Edição A da *Crítica* para a Edição B. Na primeira edição, Kant chama de transcendental a todo o conhecimento "que em geral se ocupa menos dos objetos, do que dos nossos conceitos *a priori* dos objetos" (A 25). Na Edição B, Kant chama de transcendental "todo conhecimento que se ocupa menos dos objetos, que do nosso *modo de os conhecer*, na medida em que este deve ser possível *a priori*" (B 25). A modificação no fraseado da Segunda Edição mostra que Kant inclui também as representações *a priori* da sensibilidade no interior da filosofia transcendental, pois o conhecimento transcendental se ocupa, conforme é dito nesta segunda Edição, *do nosso modo de conhecer* (e não apenas dos nossos conceitos *a priori* dos objetos). No nosso modo de conhecer *a priori* objetos estão incluídas também (contrariamente ao que sugere o fraseado da primeira Edição) as "representações *a priori*" da sensibilidade.

<sup>5</sup> "Na medida em que a sensibilidade deverá conter representações *a priori*, que constituem condições mediante as quais os objetos nos são dados, pertence à filosofia transcendental" (A 15, B 29-30).

<sup>6</sup> Em A 16/B 30, Kant não fala que as condições *a priori* da sensibilidade estão "ao lado" (no sentido de "equivalentes quanto a contribuição que dão para o conhecimento") das condições do entendimento. Em desacordo com diversas passagens da Analítica que afirmam a necessidade de um concurso entre os "elementos" do conhecimento fornecidos por estas duas faculdades, ele aqui manifesta uma *precedência* da sensibilidade em relação ao entendimento, como se houvesse uma hierarquia entre este par de faculdades. A idéia de que é necessário haver um concurso entre os "elementos" do conhecimento (intuição e conceito) aparece, em todo caso, claramente em A 50/B 74.

<sup>7</sup> A tese de que o idealismo transcendental deve ser aceito para que a determinação das condições de possibilidade do conhecimento se torne possível é sustentada por Barry Stroud em *The Significance of Philosophical Scepticism*. Stroud usa a expressão inglesa "requirement" para designar essa dependência, a qual será traduzida aqui pelo termo português "exigência". Sobre isso, veja-se Stroud (1984, p. 154-155).

<sup>8</sup> "O ponto copernicano de Kant", afirma Stroud, "é que a percepção deve ser vista como necessariamente envolvendo pensamento ou entendimento, e os princípios do entendimento que são requeridos para 'constituir' objetos para nós devem ser vistos como 'em nós' independentemente de termos qualquer experiência. Somente isso torna possível explicar como nosso conhecimento (incluindo nosso conhecimento *a priori* desses mesmos princípios) é possível. Se nós concebemos todas nossas percepções e crenças como simplesmente o resultado de algo completamente independente de nós, ao qual elas podem ou não se conformar, não haveria nenhuma explicação de como o conhecimento é possível. [...] Isto mostra que, para Kant, a visão de que os objetos conformam-se ao nosso conhecimento ou à constituição de nossa faculdade de percepção- que é uma forma de idealismo- é exigida até mesmo pela própria tarefa de examinar as condições *a priori* e necessárias do conhecimento humano em geral. [...] O idealismo transcendental é exigido não apenas para descrever nosso conhecimento da matemática e nosso conhecimento do mundo ao nosso redor, mas também para tornar possível o projeto especial de Kant de uma crítica da razão pura e, eventualmente, uma filosofia transcendental completa" (STROUD, 1985, p. 155).

<sup>9</sup> O idealismo seria então caracterizado, segundo Stroud, pela idéia de que só posso conhecer quais são as condições *a priori* do conhecimento se essas condições "encontram-se, de algum modo, em nós, ou tem sua fonte 'em' nós, os sujeitos do conhecimento, e não em algumas condições independentes ou estado de coisas para os quais não poderíamos ter um acesso confiável" (STROUD, 1985, p.154-155).

<sup>10</sup> O conhecimento que queremos é aquele em que sabemos como as coisas são de um modo inteiramente independente das condições subjetivas humanas.

<sup>11</sup> O realismo de Kant, segundo Stroud (1985, p.134), possui um aspecto metafísico e um aspecto epistêmico. Segundo seu aspecto metafísico, "as coisas existem no espaço independentemente daqueles que as percebem e independentemente da capacidade de alguém saber de sua existência" e, em seu aspecto epistêmico, o realismo

implica algo sobre nosso acesso aos objetos, “nossa percepção e nosso conhecimento de coisas externas é direto, imediato e não problemático”.

<sup>12</sup> Seguindo a tradução portuguesa, utilizaremos o termo "aparência" e "fenômeno" indistintamente. Alguns autores, nomeadamente Allison, usam o termo "fenômeno" em oposição a númeno e o termo "aparência" em oposição a "coisa em si".

<sup>13</sup> Devo ao Prof. Paulo Faria a indicação desta dificuldade presente na interpretação de Stroud. Foi ele também que me indicou a resenha de Graciela di Pierris onde provavelmente este problema foi apontado pela primeira vez.

<sup>14</sup> Essa posição encontra uma série de dificuldades de ajuste a passagens importantes da *Crítica da Razão Pura*. Kant explicitamente afirma, por exemplo, em A 26/B 42, que "o espaço não representa qualquer propriedade das coisas em si, nem essas coisas nas suas relações recíprocas, quer dizer, não é nenhuma determinação das coisas inerente aos próprios objetos e que permaneça, mesmo abstraindo de todas condições subjetivas da intuição". Kant afirma o mesmo ponto a respeito do tempo em A 32/ B 49, o que parece sugerir que a distinção transcendental pode ser tomada como uma distinção de ordem ontológica.

<sup>15</sup> Em A 370, Kant afirma que o realista empírico é um *dualista*, e entende por dualista aquele que "afirma a certeza possível dos objetos dos sentidos externos" (A 367). Em A 370, Kant afirma que o dualista (e portanto o realista empírico) "admite a existência da matéria sem sair da simples consciência de si próprio".

<sup>16</sup> A prova kantiana da possibilidade do conhecimento (a certeza possível) da existência externa manifesta, assim, uma dependência em relação à premissa do idealismo, o que não é o caso a respeito da *Refutação do Idealismo*, onde a experiência externa é considerada o fundamento da possibilidade da experiência interna (indubitável para Descartes).

<sup>17</sup> Kant afirma que o idealismo já havia sido estabelecido na Estética independente dessa possibilidade (a possibilidade de servir de prova da possibilidade da experiência externa).

<sup>18</sup> Cf. GUYER, 1987, p. 333-334.

<sup>19</sup> Guyer afirma que a tese segundo a qual Kant meramente pretende distinguir entre concepções de um único reino de objeto que inclui suas características espaciais e temporais e concepções que não incluem, é de pouca "utilidade face à firme resolução de Kant que as coisas em si mesmas não são nem espaciais nem temporais. Ele não diz justamente que há uma concepção das coisas ordinárias que não inclui sua espacialidade e temporalidade. Ele diz que existem coisas que não estão atualmente nem no espaço e tempo ou possuem as formas espacial e temporal" (GUYER, 1987, p. 334). Para o benefício do argumento deste texto, eu suporei que a interpretação de Guyer não concorda com o espírito do idealismo kantiano, embora possa encontrar respaldo em várias passagens da *Crítica*.

<sup>20</sup> A argumentação de Allison contra o segundo sentido da noção de coisa em si (que resulta na teoria dos "dois mundos") encontra-se em seu livro *Kant's Transcendental Idealism* nas páginas 239 e 240. Há, contudo, um enunciado condicional subjacente a essa recusa que é apresentado no início do livro, qual seja, "somente se assumimos que existem condições epistêmicas torna-se possível "considerar" os objetos em relação a estas condições (ALLISON, 1983, p. 25). As condições epistêmicas são as condições "necessárias para a representação ou experiência de algo como um objeto, isto é, seja o que for que é requerido para o reconhecimento ou classificação do que é "objetivo" em nossa experiência" (ALLISON, 1983, p. 27). Isto, por sua vez, implica em aceitar que objeto do conhecimento para o idealismo transcendental deve ser tomado como "seja o que for que conforma-se ao nosso conhecimento, e isto, [...] significa seja o que for que conforma-se às condições da mente (tanto intelectuais quanto sensíveis) para a representação deste como objeto" (ALLISON, p. 30).

<sup>21</sup> Kant também afirma em A 30 que nenhum objeto em si mesmo nos é conhecido e que os chamados objetos exteriores são apenas simples representações de nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço, mas cujo verdadeiro correlato, isto é, a coisa em si, não é nem pode ser conhecida por seu intermédio; de resto, jamais se pergunta por ela *na experiência*. [Grifo meu].

## Referências

ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism: an interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 1983.

- \_\_\_\_\_. *Idealism and Freedom: Essays on Kant's theoretical and practical philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DE PIERRIS, G. Critical Study of Barry Stroud The Significance of Philosophical Scepticism. *Noûs*. v. 23, n. 4, p. 531-543, set. 1989.
- FARIA, P. F. E. *Mundo Exterior: uma investigação gramatical*. 1994. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GUERZONI, J. A. D. A caracterização Preliminar das Aptidões Cognitivas: Intuição e Conceito (B33/A19 e B74-5/A50-1). In: MARQUES, E. et. al. (Orgs). *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaios em Homenagem a Guido Antonio de Almeida e Raul Landim Filho*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 199-209.
- GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- HUME, D. *Treatise of Human Nature*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1978.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Mossburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1993.
- \_\_\_\_\_. Sobre o sentido interno. Tradução de Alberto Rosales. *Revista Venezuelana de Filosofia*. Caracas, n. 24, p. 15-23, 1988.<sup>21</sup>
- LEBRUM, G. *Sobre Kant*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- LOPARIC, J. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- STROUD, B. *The Significance of Philosophical Scepticism*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Understanding Human Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TORRES, J. C. B. Cognição Intuitiva e Pensamento De Re. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 33-63, 1999.